

# **AS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL POR MEIO DA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO**

**AUTOR: CHARLES ALBERTO DE SOUZA ALVES – UFPA –  
charlessalves@yahoo.com.br**

## **Resumo**

O artigo faz parte da pesquisa em nível de mestrado sobre a política de municipalização do ensino fundamental desenvolvida no Estado do Pará – por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC – PA que buscou compreender as diversas configurações que a mesma tem apresentado nos governos estaduais no espaço temporal que vai de 1996 a 2010 e análise as características da política de descentralização da gestão do ensino Fundamental pela via da municipalização. Nesse sentido, o texto apresenta três partes fundamentais, ou seja, inicialmente discutimos as questões conceituais sobre descentralização administrativa na área educacional e as diversas compreensões teóricas sobre essa questão. Em seguida, analisamos como a descentralização administrativa se configurou por meio da municipalização do ensino no Brasil apresentando a trajetória histórica dessa política no cenário nacional, bem como discutimos a influência dos organismos internacionais, no contexto do processo de Reforma do Estado e seus efeitos na formulação das políticas públicas com destaque para a municipalização do ensino. Por fim, analisamos as configurações da política de municipalização no contexto da gestão estadual que elaborou e efetivou a mesma. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a literatura acadêmica que versa sobre a temática da política educacional de descentralização desenvolvida no Brasil por meio da municipalização do Ensino Fundamental, bem como análise documental e entrevistas semi-estruturada com os gestores da rede estadual de ensino. O tratamento e análise dos dados fora feito na

perspectiva da análise do discurso. Como conclusão temos que entre as políticas descentralizadoras a municipalização do ensino fundamental está em estreita relação com a influência de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial que apresentam a descentralização administrativa como parte das estratégias a serem tomadas pelos Estados nacionais na busca de uma gestão que visa elevar a qualidade da prestação dos serviços públicos. Apesar da descentralização no contexto da reforma do Estado estar perpassada pela racionalidade econômico-financeira excludente e de que ela necessariamente não é nenhuma garantia no alcance de uma administração mais democrática, não podemos simplesmente negar a possibilidade de na construção de formas de gestão mais democráticas e adequadas às particularidades das realidades locais, por meio da descentralização. A descentralização de execução de políticas educacionais para o âmbito da esfera municipal tem certamente um lado positivo presente na possibilidade de uma administração mais ágil em Estados com grandes dimensões territoriais, entretanto é preciso compreender que a viabilidade de uma gestão local bem sucedida deve levar em consideração as diferentes capacidades administrativas desses municípios. É com o reconhecimento de que existem diferenças e desigualdades de recursos financeiros, capacidade administrativa, técnica e operacional que a implementação de políticas públicas deve ser acompanhada por uma fase de desenvolvimento e fortalecimento da capacidade de gestão de políticas públicas dos entes federados. No Estado do Pará o estudo sobre as configurações da política de municipalização do ensino fundamental revela que o principal discurso do Governo do PSDB para efetivar essa política foi o de que essa seria a condição primordial para a transformação do quadro de precariedade e deficiência em que se encontrava a gestão da educação pública no Estado do Pará. Sua formulação atendeu aos ideais defendidos pelo partido tendo em vista a sua concepção de administração pública que se constituiu em uma de suas bandeiras desde a fundação do partido na década de 1980. Dessa forma, no referido governo a defesa da política de municipalização foi considerada de extrema prioridade e passou a ser implementada dentro de critérios que, segundo os gestores, traria para a educação paraense um salto de qualidade nunca antes visto. Destacamos três aspectos sobre o período inicial do processo de

municipalização: a concepção/elaboração foi centralizada, sua implementação foi de cima para baixo e o procedimento de transferência de responsabilidade do Estado para os municípios foi homogêneo. A proposta foi pensada por uma equipe técnica e não em conjunto com as instituições representativas dos trabalhadores em educação dos diversos municípios paraenses. A implementação do processo não partiu da iniciativa dos gestores municipais ela foi deliberada exclusivamente pelo governo estadual, que os convenceu com o discurso de que estes teriam mais recursos financeiros para investir na educação local. O terceiro aspecto diz respeito ao processo de adesão homogêneo a que todos os municípios que aceitaram municipalizar foram submetidos, pois, ao se partir do entendimento que a meta da SEDUC foi de municipalizar 100% do ensino fundamental se admiti que todos os municípios estariam aptos a receberem as novas incumbências sem mais dificuldades.

**Palavras-chave:** Municipalização do ensino fundamental. Descentralização administrativa. Políticas educacionais.